

## “ESTANCIEIROS” E “LAVRADORES”: RIO GRANDE DO SUL, SÉCULO XVIII\*

Helen Osório

A historiografia do Rio Grande do Sul não vem se dedicando de forma sistemática à história agrária colonial, ao contrário do que ocorre no Rio da Prata e em várias regiões do Brasil<sup>1</sup>, onde os resultados são profícuos e renovadores. Na verdade, o período colonial não tem sido objeto privilegiado das pesquisas universitárias, no Rio Grande do Sul, exceptuando-se o estudo das missões jesuíticas. Basta recordar que *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* de Fernando Henrique Cardoso foi editado em 1962 e permanece como marco acerca da sociedade colonial do Rio Grande do Sul.

O desenvolvimento da historiografia argentina recente sobre história agrária colonial, com os trabalhos de Garavaglia, Gelman, Mayo e Fradkin, entre outros<sup>2</sup>, indicam-nos o quanto há por investigar sobre a sociedade colonial do extremo sul da América portuguesa. Mais do que isso, sugerem-nos hipóteses de trabalho, abrindo-nos possibilidades de um diálogo proveitoso sobre sistemas agrários e sociedade colonial.

Se a região é uma hipótese, como diz Young<sup>3</sup>, um ponto de partida da investigação, não poderíamos considerar que a pampa argentina, a Banda Oriental e o Rio Grande do Sul constituíram-se em uma, com paisagem e ecossistemas agrários semelhantes, ainda que marcados pelas diferenças institucionais de cada império colonizador? Somente a multiplicação de estudos particularizados poderá avançar a hipótese e conduzir-nos a alguma conclusão, pois como afirma Goubert, “...limitar uma região é defini-la, é já conhecê-la”.<sup>4</sup>

Ao contrário do que ocorreu na historiografia argentina, a existên-

---

**Helen Osório** é Professora Assistente do setor de História da América do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutoranda do Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense;

\* Texto apresentado em sua primeira versão no simpósio “*Sistemas agrários en transición: la pampa argentina, Uruguay y el sur de Brasil entre los siglos XVIII y XIX*”, nas “V Jornadas Interescuelas departamentales de Historia e I Jornadas Rioplatenses Universitarias de Historia”, ocorridas em Montevideo, setembro 1995.

tradicional do Rio Grande do Sul. Ainda que a ênfase na descrição da sociedade colonial fosse a do mundo da estância, das vacas e dos gaúchos, os “açorianos” sempre foram lembrados como um traço distintivo, particular, que ajudava a compor a *peculiaridade* do Rio Grande em relação ao resto do Brasil. A contrapartida desta lembrança era a afirmação racista da insignificância da escravidão na formação da sociedade<sup>5</sup>. A obra já citada de Cardoso contestou estas formulações, demonstrando sua importância.

O reconhecimento da existência deste contingente camponês, da diversidade das atividades agrárias e da produção do trigo (que abastecia o mercado do Rio de Janeiro e foi até 1820 o terceiro produto de exportação) não resultou em qualquer interesse por parte dos historiadores em investigar o tema. Da mesma forma, tampouco as unidades produtivas da pecuária e suas relações de produção tem sido objeto de estudos. Aqui, repetem-se unicamente as citações de relatos de três ou quatro viajantes.<sup>6</sup>

Para iniciarmos uma aproximação a este mundo rural, aos produtores agrícolas e pecuários, analisaremos um censo de 1784. Interessamos determinar como estes produtores são definidos, denominados, e sua hierarquia interna, a partir da posse de rebanhos e de terras.

Operamos, portanto, com a estrutura ocupacional e com categorias históricas. A utilização de categorias analíticas que permitam a síntese, a reconstrução e a interpretação constituirá outro momento da investigação, fundamental, sem o qual, como afirmou Goubert “*no hacemos sino repetir nuestros documentos*”<sup>7</sup>.

## A FONTE

A “*Relação de moradores que tem campos e animais nesse Continente*” é uma fonte excepcional para o estudo da história agrária; é o único senso deste gênero conhecido para o período colonial. Sua importância cresce frente à não localização (ou inexistência) de outras fontes, como outros censos econômicos detalhados, listas de dízimos ou pagamento do quinto dos couros e do gado em pé. Até o momento, conhecemos apenas o valor pelo qual eram arrematados estes contratos, e não o do montante efetivamente arrecadado. Ao que parece, a burocracia portuguesa foi menos cuidadosa e prolixa que a espanhola, e o resultado, para os historiadores, foi o de dispor de um conjunto de fontes menos rico e

A “*Relação de moradores*”<sup>8</sup> foi realizada durante o ano de 1784, a pedido do Vice-rei do Brasil, para que se conhecesse a situação da distribuição de terras (sobre a qual havia reclamações de autoridades e moradores) e “as forças do país” (do que viviam e que animais possuíam seus habitantes), com o objetivo de disciplinar a concessão de terras e para melhor atuar em caso de guerra. Foi elaborada pelo Provedor da Fazenda Real, a partir de informações fornecidas pelos capitães de tropas auxiliares de cada distrito. Dos quinze distritos existentes, examinaremos nesse momento quatro deles, cujas características serão descritas adiante.

Da “*Relação*” constam o nome do ocupante da terra, atividade a que se dedica (criação, lavoura, ambos ou negócios), a que título detém a terra (sesmária, autorização do governador, compra, herança, dote ou ocupação de fato), extensão (incompleta) e rebanho: número de cabeças de gado, bois, cavalos, éguas, potros, burros, burras, mulas e ovelhas. Apesar de privilegiar a produção pecuária, veremos que os dados nos fornecem também indicações sobre a coexistência da agricultura e pecuária.

Uma análise sobre as características e cronologia da ocupação da terra já foi realizadas em outro trabalho<sup>9</sup> e não nos deteremos nela aqui.

## OS DISTRITOS

Os quatro distritos escolhidos, Encruzilhada Cacheoira, Santo Amaro e Serro Pelado eram localidades reconhecidas como de pecuária, e que aparecem em um “Mapa dos animais” de 1787<sup>10</sup> (três anos após a “*Relação de moradores*”, portanto), respectivamente em primeiro, segundo, quarto e quinto lugares (de um total de 18 distritos) em número de gado vacum, perfazendo 51% do total destes animais existentes no Rio Grande do Sul (882.331) naquele ano.

O distrito mais antigo era o de Santo Amaro, cuja povoação foi fundada em 1771, e que recebeu inicialmente casais açorianos. Situava-se uma parte ao sul e outra ao norte do rio Jacuí. Todos os outros estão localizados ao sul deste rio, sendo de formação mais recente - segunda metade da década de 70 em diante. A ocupação deste território acelerou-se após a reconquista de Rio Grande pelos portugueses em 1776 e o tratado de Santo Idelfonso em 1777. Em Serro Pelado e Encruzilhada a formalização da posse da terra principiou-se em 1780.

O distrito de Cachoeira situava-se na chamada “fronteira do Rio

Dos quatro distritos escolhidos, portanto, apenas o de Santo Amaro possuiria um perfil mais “camponês”: ocupação antiga, estabelecido com casais açorianos, pequenas concessões de terras, localização mais interior e “protegido” que os demais contra os azares do espaço fronteiriço. Vejamos as informações que nos fornece o censo.

### A QUALIFICAÇÃO DOS MORADORES E A POSSE DA TERRA

Os moradores são qualificados, em geral, a partir das atividades que exercem nas terras censadas. São elas, seguidas dos totais para os quatro distritos:

- “vive da criação de animais”: 107;
- “vive de suas lavouras” (ou “é lavrador”): 31
- “vive da criação e de suas lavouras”: 59;
- “vive da criação de animais e planta para seu sustento”: 5;
- “vive de seu negócio”: 7;
- “vive de seu negócio e de sua estância”: 4;
- “cria bestas muares”: 2;
- “planta para o sustento de sua casa”: 2 e
- “emprega-se mais na lavoura que na criação”: 22.

Das nove qualificações, cinco implicam no exercício de algum tipo de agricultura e seis de pecuária. Deste total de 239 registros, apenas dois lavradores e três negociantes não possuem animais.<sup>11</sup> Nossa análise deter-se-á nos quatro grupos mais significativos, que perfazem 91,6% do total de registros: os que vivem exclusivamente da criação ou das lavouras, os que exercem as duas atividades e os que se dedicam mais às lavouras do que à criação. Abusando das expressões (que serão criticadas no final do trabalho) e visando exclusivamente a simplificação da exposição, iremos denominá-los respectivamente de: criadores, lavradores, criadores-lavradores e “mais lavradores”. Vejamos como distribuem-se por distritos:

## DISTRIBUIÇÃO DE ATIVIDADES POR DISTRITO

	Encruzilhada	Cachoeira	Serro Pelado	Santo Amaro
criadores	26	52	9	20
lavradores	-	4	-	27
criadores-lavrad.	16	3	23	16
mais lavradores	3	1	-	18

Os criadores são maioria apenas em dois distritos, Encruzilhada e Cachoeira, os mais fronteiriços. Em Serro Pelado predominam os criadores-lavradores e em Santo Amaro, os lavradores.

Quanto ao tamanho das propriedades, elaboramos faixas de frequência para verificar sua concentração. Infelizmente não temos condições, no momento, de elaborar estes dados de forma mais adequada, com fez Garavaglia ao desprezar a extensão nominal das terras, calculando-as com base numa taxa de recepção de animais.<sup>13</sup> Estão excluídos do quadro, portanto, 27 registros de pessoas que “vivem a favor” ou são “agregados” e 5 arrendatários, para os quais não foi registrada a extensão da terra ocupada. O estabelecimento das faixas, em hectares, está relacionado com as dimensões mais comuns das concessões, em léguas quadradas portuguesas<sup>14</sup>. A concessão mais importante era a sesmaria, com três léguas quadradas, equivalente a 13.068 hectares. Aos casais açorianos outorgava-se, geralmente, de 130 a 272 ha.

**Quadro 2**  
Distribuição das propriedades por sua extensão

ha	tamanho médio	número de proprietários	% total proprietários	% total das terras
até 273	272	20	10,6	0,3
274-1.089	1.008	9	4,5	0,5
1.090-3.267	2.545	28	14,5	4,0
3.268-10.890	7.318	68	35,2	28,1
10.891-13.068	13.068	39	20,2	28,8
mais de 13.068	23.281	29	15,0	38,1

Nas três faixa superiores, 29,6% dos proprietários<sup>15</sup> detêm apenas 4,8% das terras e, nas duas superiores, 35,2% dos proprietários possuem 67% das terras. A faixa de maior frequência é a quarta, com 68 proprietários e uma extensão média de 7.318 ha. É interessante observar que aqueles que possuem uma, ou mais de uma sesmaria - medida que tradi-

pouco mais de um terço dos proprietários. Este dado começa a revelar a idéia do predomínio absoluto das grandes estâncias na paisagem rural.

O padrão das duas freqüências superiores praticamente repete-se para os distritos de maicres rebanhos: Encruzilhada (35% dos proprietários detêm 62% das terras) e Cachoeira (36% detêm 61%). Em Encruzilhada, nas duas primeiras faixas (até 1.089 ha) não existe nenhum proprietário e em Cachoeira, elas representam apenas 7,8% dos proprietários e 0,6% das terras.

Já em Serro Pelado, os proprietários que tem 13.068 (uma sesmaria) ou mais, são 47,7% do total, concentrando 80% das terras. Também aqui inexistem proprietários nas duas primeiras faixas.

Em Santo Amaro os pequenos possuidores predominam. A faixa de maior freqüência é a primeira, com 35,8% dos proprietários e uma extensão média de 272 ha (concessão mais comum aos lavradores). A agregação das três primeiras faixas mostra que 66% dos proprietários possuem apenas 15,3% das terras e, nas duas superiores, 16,9% dos proprietários detêm 55,6%.

Este distrito apresenta uma outra característica inexistente nos três demais, que é a presença de não-proprietários de terra (que, como já mencionamos, não puderam ser contabilizados por não constar a extensão dos campos que ocupam): 25 “vivem a favor” ou são agregados de outrem (muitas vezes parentes) e 5 arrendam terras, ou seja, 34% das pessoas censadas de Santo Amaro. Do total, 17 são lavradores, 7 criadores e 5 empregavam-se mais em lavouras. Esta situação aparece em outros distritos de fundação açoriana e de predomínio da pequena propriedade. O significado social e econômico da existência deste setor ainda não foi objeto de nenhum estudo; na verdade não se encontram sequer referências a ele na bibliografia. Para a campanha de Bueno Aires Garavaglia encontrou entre 28 e 59% de não proprietários, dependendo da região, e relaciona-os com a “abundância relativa de terras férteis”<sup>16</sup>.

O quadro 3 nos mostra que o tamanho médio das propriedades, para qualquer atividade, é sensivelmente menor em Santo Amaro do que em qualquer outro distrito; no outro extremo, Cachoeira tem as maiores propriedades.

Mas seu dado mais revelador é o de que, seja qual for o distrito, os maiores proprietários de terras *não* são os que exclusivamente criam animais, mas sim aqueles que conjugam pecuária e agricultura, os que estamos denominando de criadores-lavradores. Vejamos como se apresentam os proprietários em relação à posse dos rebanhos.

	todos distritos	Santo Amaro	Serro Pelado	Encruzilhada	Cachoeira
criadores	8.493	4.037	9.438	8.042	9.386
lavradores	893	726	-	-	1.180
criad.-lavr.	12.687	5.725	12.334	15.518	15.790
mais lavrador	2.145	1.551	-	3.811	6.534

### A POSSE DE REBANHOS

Do total de 241 proprietários que possuem reses (cabeças de gado vacum, excluídos os bois), 98% possui também cavalos, 97% éguas, 80% bois, 71% potros, 37% burros, 29% burras, 24% mulas e apenas 3% possuem ovelhas (estas, todas no distrito de Serro Pelado). Se tomarmos a presença de burros (37% dos censados os possuíam) como indicador da criação de muars, vemos que ela está bastante disseminada entre os criadores de animais. Recordemos que dos 89 proprietários de burros, apenas dois estão qualificados exclusivamente como produtores de muars.

**Quadro 4**  
Distribuição da posse de gado vacum

número de cabeças	número proprietários	% do total	total animais	% do total	média
1 a 100	50	20,7	3.018	1,6	60
101 a 200	49	20,3	8.106	4,4	165
201 a 500	59	24,4	21.557	11,8	439
501 a 1000	41	17,0	31.715	17,4	773
1001 a 5000	37	15,3	78.586	43,1	2.123
mais de 5000	5	2,0	39.158	21,4	7.831

O quadro 4 mostra-nos que o maior número de proprietários (24,4%) possui de 201 a 500 animais, com uma média de 439 cabeças; estes compoariam o "setor médio" da pecuária. Para a campanha de Buenos Aires, Garavaglia também encontrou nesta faixa de freqüência o maior número de produtores, mas com um tamanho médio do rebanho inferior ao verificado entre nós: 330 reses.<sup>17</sup>

A concentração do rebanho entre poucos grandes proprietários

apenas 17,8% do rebanho total. Estas porcentagens aproximam-se das obtidas por Gelman, com um censo de 1796, para a região de Colonia, Banda Oriental, e que também apenas considerou aqueles que possuíam gado vacum: 20% dos proprietários concentravam 73% do rebanho.<sup>18</sup> Garavaglia, utilizando-se de inventários para a região de Buenos Aires encontrou dados parecidos: 18% dos inventariados detinham 70% do gado. Ao que parece, estamos frente a uma estrutura de posse de rebanhos bastante semelhante<sup>19</sup>.

#### Quadro 5

Tamanho médio dos rebanhos, por atividade e distrito

	todos distritos	Santo Amaro	Serro Pelado	Encruzilhada	Cachoeira
criadores	655	381	643	791	695
lavradores	63	61	-	-	77
criad-lavr.	1.566	889	1.434	2.628	383
mais lavrad.	205	176	-	416	100

Os produtores que detêm a maior parte do rebanho são os criadores-lavradores: representam 24,6% dos proprietários e possuem 51,3% do rebanho; seguem-se os criadores (44,7% - 41,8%), "mais lavradores" (9,2% - 2,5%) e os lavradores (12,9% - 1%).

Se observamos o quadro 5, o tamanho médio do rebanho dos criadores-lavradores, para o total dos distritos, é mais de duas vezes superior ao dos criadores! A situação repete-se para Santo Amaro, Encruzilhada e Serro Pelado; a exceção fica por conta de Cachoeira. Mas recordemos que Cachoeira é o distrito mais fronteiro e de recente ocupação, em 1784; é o mais distante de núcleos urbanos importantes, Porto Alegre e Rio Grande. Nele, 77,6% dos proprietários são exclusivamente criadores; seu rebanho total, no entanto, é inferior em 37% ao de Encruzilhada (maior estoque dentre os quatro distritos). Cachoeira, certamente, é a localidade que melhor representa a imagem típica ainda vigente sobre o Rio Grande do Sul colonial: grandes propriedades dedicadas exclusivamente à pecuária. Os dados começam a nos indicar, no entanto, que esta é uma situação de *exceção*.



Retomando sinteticamente os áridos números e percentuais apresentados, o que podemos concluir? Em primeiro lugar, que 49% das pessoas qualificadas exercem *alguma forma* de agricultura (seja “plantando para seu sustento” ou “vivendo de suas lavouras”), combinada ou não com a pecuária. O que é bastante significativo, pois estes quatro distritos estão entre os cinco maiores produtores de gado, três anos após o censo analisado. Aliás, para o mesmo ano, 1787, há uma “*Mapa das produções de trigo, carros e carretas*”<sup>21</sup>, no qual observa-se que o cultivo do trigo está presente em *todos* os distritos. Os de nossa amostra estão entre os de menor produção (somados, 15% do total), sendo que Serro Pelado produziu sozinho 8%. Mas este está situado na região de Rio Grande, que com seus cinco distrito foi responsável por 52% da produção global.

Pelo menos um terço dos proprietários são, *simultaneamente*, produtores agrícolas e pecuários (os criadores-lavradores e os que “se empregam mais nas lavouras que na criação”). Aqui estamos excluindo a categoria dos lavradores que, muitas vezes, apesar desta qualificação, possuem 150, 200 vacas (recordemos que a média da categoria é de 63 cabeças de gado). Assim, a idéia da exclusividade da atividade criatória cai por terra, dando lugar a uma paisagem rural que conjuga, nas mesmas unidades produtivas, agricultura e pecuária.

Os maiores rebanhos e as maiores extensões de terras estão nas mãos, não daqueles que exclusivamente dedicam-se à pecuária e que hoje tradicionalmente são identificados como “estancieiros”, mas daqueles produtores que *combinam* criação de animais com lavouras. Se aceitarmos que concentração de terras e de rebanhos são índices de riqueza, a elite econômica rural do final do século XVIII no Rio Grande do Sul estaria composta principalmente pelos criadores-lavradores. É claro que qualquer conclusão a respeito só poderá ser resultado da análise do valor dos bens que compõem os patrimônios, tendo como base inventários<sup>21</sup>. Na composição das fortunas, escravos e gado certamente tiveram um peso maior que as terras. Garavaglia encontrou, para a campanha de Buenos Aires, a seguinte composição média das fortunas relacionadas com a produção: gado, 54%; escravos, 18%; benfeitorias e trigo, 14% e terras, 13%<sup>22</sup>.

Quem era denominado “estancieiro”, então, ao final do século XVIII? A primeira observação é a de que o termo “estância”, em dicionário atual, significando “*estabelecimento rural destinado à cultura da terra e, principalmente, à criação de gado vacum e cavalari; fazenda*”, aparece com uso exclusivo no Rio Grande do Sul e tendo como origem

das, aí, são denominadas estâncias.<sup>24</sup> Em um dicionário de 1789, consta que “*no Sul da América, estâncias são terras com criação de gado vacum e cavalos*”<sup>25</sup>. Já a palavra estancieiro não aparece neste dicionário. Seu uso foi bastante local, como continua sendo hoje.

Na “*Relação de moradores*” a denominação estancieiro não surge com frequência, mas quando aparece designa pessoas que vivem da criação de animais e tem rebanho dos mais variados tamanhos: de 200 a 3000 animais. Não designa, pois, os grandes proprietários de rebanhos e terras, o que ocorreu no século XIX, mas sim aqueles que dedicam-se à atividade pecuária. Fradkin chegou a mesma conclusão para Buenos Aires<sup>26</sup>.

Já os termos “fazendeiro” e “fazenda” surgem escassas vezes, sempre designando proprietários e propriedades grandes, com lavouras e criação. Caetano da Silveira Matos, proprietário de 12.200 cabeças de gado em Encruzilhada “*é homem fazendeiro, que cultiva grandes lavouras e na mesma forma tem avultado número de animais*”; Manuel Bento da Rocha, capitão-mor, possui em Serro Pelado uma fazenda com 5.500 reses “*que se compõe de avultadas lavouras, vinhas, pomares e diversas fábricas, e juntamente povoado de animais*”. Nas petições coletivas ao Vice-rei do Brasil ou ao rei de Portugal os proprietários qualificam-se como fazendeiros<sup>27</sup>, não como estancieiros. O termo, ao que parece, designa uma posição social superior<sup>28</sup>. Talvez os que denominamos criadores-lavradores identifiquem-se como fazendeiros.

Por fim, a designação “lavrador” aparece no censo em aliterância à expressão “vive de suas lavouras” e refere-se aos produtores que detêm as menores parcelas de terra. Em sua grande maioria possuem reses, chegando até 200 cabeças. Na verdade exercem a pecuária em pequena escala, junto à agricultura. Garavaglia denomina este grupo como “camponeses pastores e agricultores”, pois a força de trabalho fundamental é a do grupo familiar e exercem os dois tipos de atividades. cremos que os “lavradores” e “mais lavradores” do censo analisado pertencem a esta categoria de produtores rurais. O uso do termo, no Rio Grande, parece referir-se exclusivamente aos pequenos proprietários de rebanhos e terras, e nunca a grandes proprietários, como ocorre na Bahia com os “lavradores de cana” que compunham a elite dos agricultores, logo abaixo dos senhores de engenho.<sup>29</sup>

Ainda que de forma inicial e exploratória, os dados trabalhados aqui nos indicam que a sociedade colonial do Rio Grande do Sul era um tanto mais complexa, produtiva e socialmente, do que a historiografia supôs

## NOTAS E REFERÊNCIAS

1. Para Bahia, SCHAWARTZ, S. B. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988; para São Paulo, MONTEIRO, John M. *Negros da Terra*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994; para o Rio de Janeiro, FRAGOSO, João L. R. *Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista colonial: Rio de Janeiro, 1799-1888*. Niterói: Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, 1990 e FRAGOSO, J.L. e FLORENTINO, Manoel. *O arcaísmo como projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, 1790-1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.
2. Ver as obras coletivas compiladas por FRADKIN, *La historia agraria del Río de la Plata colonial. Los establecimientos productivos (I y II)*. Buenos Aires: CEAL, 1993, e GARAVAGLIA, J. C. e MORENO, J. L. (comp.) *Población, sociedad, familia y migraciones en el espacio rioplatense. Siglos XVIII y XIX*. Buenos Aires: Cantaro, 1993, entre outras.
3. VAN YOUNG, Eric. Haciendo historia regional. Consideraciones metocológicas y teóricas. *Anuario IEHS*. Tandil, n.2, p.255-283, 1987.
4. GOUBERT, Pierre. *Ceni mille provinciaux au XVIIème siècle - Beauvais et le Beauvaisis 1600-1730*. Paris: Flammarion, 1968, p.45.
5. FORTES, JOÃO Borges. *Os casais açorianos. Presença lusa na formação sul-rio-grandense*. Porto Alegre: 1978. (1a ed. 1932)
6. Entre eles, SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-21*, Belo Horizonte: Itatiaia, 1974; LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975; MAGALHÃES, Manuel Antônio de. *Almanack da Vila de Porto Alegre*, além do próprio Felix de Azara. Os dois últimos foram reeditados em FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre: EST, 1980.
7. GOUBERT, Pierre. Observaciones sobre el vocabulario social del Antiguo Régimen. In: LABROUSSE, E. *Ordenes, estamentos y clases*. Madrid, 1978, p.169-170, *apud* FRADKIN, Raul. Estancieros, hacendados o terratenientes? La formación de la clase terrateniente porteña y el uso de las categorías históricas y analíticas (Buenos Aires, 1750-1850). In: BONAUDO & PUCCIARELLI (comp.) *La problemática agraria. Nuevas aproximaciones*. Buenos Aires: CEAL, 1993, p.58
8. Códice 104, vol.VI, fls. 220 e seg, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (ANRJ)
9. OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Porto Alegre: Dissertação (mestrado) CPG História UFRGS, 1990.

11. O total de registros é 264; 25 deles não fazem referência às atividades exercidas.
12. Todos os quadros tem como fonte a “Relação de Moradores”, e por isso omitiremos nos seguintes a origem dos dados.
13. A taxa é de 2 hectares por bovino/equino/muar e 0,5 para ovinos. GARAVAGLIA, J. C. “Las “estancias” en la campaña de Buenos Aires. Los medios de producción (1750-1850)”. In: FRADKIN, Raúl. *La historia agraria del Río de la Plata colonial. Los establecimientos productivos (II)*. Buenos Aires: CEAL, 1993. p. 129 e nota 7.
14. A légua portuguesa mede 6.600 metros. Uma légua quadrada são 4.356 hectares.
15. Estamos denominando aqui de “proprietário” a qualquer ocupante de terras, desconsiderando o caráter jurídico da posse.
16. GARAVAGLIA, op. cit., p.156.
17. Idem, ibidem, p. 168.
18. GELMAN, Jorge. “Producción campesina y estancias en el Río de la Plata colonial. La región de Colonia a fines del siglo XVIII”. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”*. Buenos Aires, tercera serie, n.6, 2º semestre 1992, p.52.
19. Garavaglia, ao comentar a coincidência de suas conclusões quantitativas com as de Gelman, partindo de tipos de fontes distintas, observa com propriedade que os inventários são mais verazes individualmente, mas serialmente incompletos, enquanto que com dízimos e padrões ocorre o contrário: são mais universalizantes, mas menos fiáveis quantitativamente “...especialmente si de contar ganado se trata...” GARAVAGLIA, op. cit, p. 170.
20. ANRJ, códice 104, vol. IX, fl. 179.
21. Estamos procedendo o estudo da composição das fortunas através de inventários no projeto de pesquisa “*Estancieiros, lavradores e comerciantes na consituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*”,
22. GARAVAGLIA, op. cit., p.132.
23. HOLANDA, Aurelio Buarque de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975, p.577.
24. “*Observações relativas à agricultura, comércio e navegação do continente do Rio Grande de São Pedro no Brasil*” por Domingos Alves Branco Muniz Barreto, cavalheiro professor da Ordem de São Bento de Aviz... Manuscritos do Brasil, Livraria, n. 47, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.
25. SILVA, Antonio Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa, 1789.
26. FRADKIN, “Estancieiros, hacendados...”, op. cit., p.21
27. Por exemplo, na “*Representação de negociantes e fazendeiros do Rio Grande de São Pedro contra a arribada forçada no Rio de Janeiro, 1793*” Códice

*Fazenda, 1798*". Rio Grande do Sul, caixa 7, doc. 47, Arquivo Ultramarino, Lisboa.

28. Fradkin explora os significados de "hacendado" no texto já citado e faz observações semelhantes na p. 23-24.
29. SCHWARTZ, op. cit., p.248.